

TERMO DE REFERÊNCIA

Avaliação independente do projeto “JOGOS LIMPOS DENTRO E FORA DOS ESTÁDIOS”

Março de 2016

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Ethos conduzirá uma avaliação independente do projeto técnico “**JOGOS LIMPOS DENTRO E FORA DOS ESTÁDIOS**”, financiado pela Siemens Integrity Initiative, da Siemens AG.

O principal objetivo da iniciativa é promover mais transparência e integridade no que diz respeito aos investimentos de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, por meio da criação de mecanismos de ações coletivas, monitoramento e controle social. As metas específicas estabelecidas no projeto foram:

- I. Aumentar o nível de transparência dos gastos públicos e da relação entre os setores público e privado;
- II. Elevar o nível de integridade na relação público-privada;
- III. Promover um controle social maior sobre os gastos públicos.

O projeto teve início em 2011 e se encerrará em junho de 2016. O valor total do investimento aplicado foi de US\$ 3.106.337,74. De acordo com o estabelecido no documento, um parecer final deverá ser realizado, com o objetivo de analisar as atividades e os impactos da iniciativa.

A avaliação será coordenada pelo Instituto Ethos, com o acompanhamento da diretoria de *compliance* da Siemens Ltda. e de uma equipe designada pela Siemens Integrity Initiative. A análise será conduzida por um consultor nacional independente, que não tenha envolvimento com o projeto. O profissional escolhido elaborará um relatório em inglês e trabalhará ao lado do coordenador do projeto “**JOGOS LIMPOS DENTRO E FORA DOS ESTÁDIOS**”.

O relatório deverá cumprir as normas, os padrões éticos e as orientações estabelecidas pelo Instituto Ethos e pela Siemens AG.

2. CONTEXTO

Os aspectos sociais, ambientais e culturais do Brasil apresentam características muito fortes ligadas à diversidade e à extensão territorial. Somos vários países em um só. Mas temos uma coisa que reforça a unidade desta nação: o esporte. O futebol brasileiro é mundialmente conhecido e fazemos parte de importantes circuitos mundiais, como as competições de vela, vôlei de praia, atletismo e natação. Em 2016, a cidade do Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A Copa do Mundo 2014, por sua vez, aconteceu em 12 cidades-sede brasileiras.

Entretanto, há outro fator muito presente no contexto atual do país: a corrupção. No período de elaboração do projeto, foi publicado um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo sobre os custos econômicos da corrupção, que apontou para um gasto médio anual de 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 41,5 bilhões e R\$ 69,1 bilhões, respectivamente. Além

disso, na época, o Brasil ocupava a 75ª colocação (entre 180 países) no Índice de Percepção de Corrupção, reconhecido estudo da Transparência Internacional.

No nível municipal, não se observa grande experiência quanto à transparência do investimento público. O Instituto de Fiscalização e Controle atualizou, em 2009, o Índice de Transparência Municipal na Internet, no qual consta que nenhuma capital brasileira apresentou 100% de transparência. Ao considerar as 12 cidades-sede da Copa do Mundo, somente duas apresentaram transparência residual (pior avaliação). Nove tiveram transparência restrita, e apenas uma, transparência média.

Grandes investimentos foram feitos para viabilizar a infraestrutura dos eventos, como estádios, arenas esportivas e alojamentos, além do suporte aos atletas e turistas, como a construção e o aprimoramento de hotéis, restaurantes, equipamentos e serviços de saúde, aeroportos, estradas, transportes urbanos, telecomunicações, energia elétrica, saneamento e limpeza urbana. Eventos desse porte movimentam a economia de um país, trazendo investimentos que, se bem administrados e direcionados, permitem deixar um legado social permanente.

No entanto, a experiência com a realização dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 deixou outro tipo de herança. O calendário das obras de infraestrutura sofreu sucessivos atrasos, o que ocasionou situações de emergência. Isso abriu espaço para o descontrole dos gastos públicos, dribles nas licitações e mudanças nos projetos. E, quanto mais atrasadas as obras, mais caras ficavam.

Com isso, surgiu a oportunidade e o desafio de aproveitar parte desses recursos e investir efetivamente na perpetuação de um conjunto de bens materiais e imateriais gerados por um ciclo virtuoso de desenvolvimento social. Por um lado, se as obras de infraestrutura forem realizadas conforme o planejado, será possível garantir os bens materiais. Por outro lado, os bens imateriais são representados pelo legado que a sociedade poderá usufruir, oriundo dos mecanismos de controle estabelecidos, além dos valores pedagógicos envolvidos nessa conquista.

É necessário promover o aumento da fiscalização de processos licitatórios e observar quais são os gastos públicos mais sujeitos ao pagamento de propinas, tanto nos investimentos públicos em infraestrutura quanto na aquisição de máquinas e equipamentos, no controle do orçamento planejado e no incentivo à transparência e à clareza do sistema.

Experiências recentes mostram que existem diferentes mecanismos de promoção da integridade, transparência e controle. A Rede Nossa São Paulo mobilizou diversos segmentos da sociedade, em parceria com instituições públicas e privadas, para construir uma agenda em favor da capital paulista. A Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci), coordenada pelo Ethos, reúne uma rede de 76 entidades brasileiras mobilizadas no combate à corrupção e à impunidade. Essa articulação teve importante papel na Campanha Ficha Limpa, projeto de lei de iniciativa popular que buscou melhorar os critérios de inelegibilidade dos candidatos a cargos eletivos do país. A iniciativa engajou mais de 1,3 milhões de brasileiros e obteve sanção presidencial, com aplicação nas últimas eleições. O Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Ethos conta hoje com mais de 300 empresas e organizações signatárias e um grupo de trabalho que promove o aprendizado e troca de ideias sobre essa agenda.

Em seu planejamento estratégico, o Instituto Ethos prioriza o fortalecimento das instituições democráticas, com o aperfeiçoamento de marcos regulatórios e prevê a criação de mecanismos de controle social das ações do Estado e do mercado. Um exemplo é o conjunto de indicadores que representarão e englobarão boa parte da economia responsável.

Os anos de 2014 e 2016 poderão ser históricos para o Brasil e o entusiasmo e clamor que envolvem os eventos serão um potente motor para a mobilização da sociedade em torno do projeto proposto: **“JOGOS LIMPOS DENTRO E FORA DOS ESTÁDIOS”**.

3. PÚBLICO-ALVO

O documento final será destinado a uma avaliação do “**JOGOS LIMPOS DENTRO E FORA DOS ESTÁDIOS**” para uso do Instituto Ethos, da Siemens Ltda. e da Siemens Integrity Initiative. O relatório também deverá servir de instrumento para parceiros e organizações que tenham interesse em replicar as iniciativas propostas.

4. FINALIDADE

O propósito do documento é fornecer uma avaliação sobre as realizações, os resultados e os impactos do projeto, de forma a legitimar sua realização e proporcionar a utilização dos frutos do “**JOGOS LIMPOS DENTRO E FORA DOS ESTÁDIOS**” por futuras iniciativas.

Os objetivos específicos do parecer independente são:

- Fornecer uma análise em relação aos resultados obtidos com as iniciativas executadas pelo Instituto Ethos no contexto do **JOGOS LIMPOS**;
- Examinar a contribuição do projeto com a proposta do programa Siemens Integrity Initiative;
- Proporcionar uma oportunidade para a reflexão e a aprendizagem prática sobre como o Ethos e outras ONGs poderiam melhorar a relevância, a solidez, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade de suas operações, como agentes de mudanças na agenda da integridade;
- Constituir um conjunto de lições positivas e negativas aprendidas que poderiam ser aplicadas em outros projetos e outros países no combate à corrupção e nas iniciativas de desenvolvimento sustentável.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação deverá focar no sucesso e na eficácia das atividades do **JOGOS LIMPOS** e em seu impacto no combate à corrupção e no ambiente de negócios. Deverão seguir como referência os critérios definidos pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (DAC/OCDE), que se voltam para a relevância, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade. Os critérios resumidos e os exemplos de perguntas que devem ser abordadas na execução da análise podem ser encontrados [aqui](#).

De maneira ampla, o relatório deverá responder aos seguintes questionamentos:

- O projeto promoveu mudanças no ambiente empresarial, contribuindo para condições de mercado mais justas e riscos menores de corrupção?
- O projeto contribuiu para a criação de condições mais justas, íntegras e transparentes?
- O projeto promoveu mudanças em leis, políticas ou comportamentos em prol de um ambiente mais íntegro e transparente?
- Quais foram os resultados do projeto? Quais os efeitos no curto e no longo prazo?
- Qual foi o impacto real promovido pelas iniciativas do projeto no setor privado?
- Qual foi o impacto global do projeto para a integridade do mercado?
- Os setores público e privado adotaram medidas de integridade e transparência em suas relações, atividades e processos?

- O projeto promoveu o aumento do controle social sobre os gastos públicos?

6. METODOLOGIA

Para realizar o parecer de acordo com os critérios definidos anteriormente, o consultor deve procurar aplicar uma variedade de técnicas de avaliação, entre análises de documentos do projeto, entrevistas com as partes interessadas e possíveis visitas de campo. Os três mandantes do **JOGOS LIMPOS** (Instituto Ethos, Siemens Ltda. e Siemens Integrity Initiative) serão convidados a participar da construção do projeto.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Ao término do processo de avaliação, o consultor deverá apresentar um relatório em inglês das conclusões e recomendações (utilizando uma linguagem apropriada), que será enviado para a Siemens AG. Sugerimos que a redação atenda ao formato disposto abaixo:

1. Título
2. Sumário
3. Lista de apêndices
4. Lista de tabelas
5. Lista de abreviações
6. Sumário executivo
 - 6.1. Contexto
 - 6.2. Principais resultados e conclusões
 - 6.3. Lições aprendidas, boas práticas e recomendações
7. Corpo do relatório
 - 7.1. Contexto do projeto
 - 7.2. Contexto da avaliação
 - 7.3. Metodologia
 - 7.4. Principais conclusões
8. Conclusões
 - 8.1. Conclusões
 - 8.2. Lições aprendidas
 - 8.3. Boas práticas
 - 8.4. Recomendações
9. Apêndices

8. PLANO DE TRABALHO E CALENDÁRIO PROVISÓRIO

O plano de trabalho provisório está previsto para ocorrer em quatro etapas.

Fase I: março de 2016

- Publicação do “Termo de Referência” para a apresentação das propostas.

Fase II: março-abril de 2016

- Recebimento das propostas e realização de análise interna para a contratação do consultor.

Fase III: abril-julho de 2016

- Processo de avaliação externa:
 - O consultor realizará uma avaliação do projeto baseada em análises de documentos, entrevistas com as partes interessadas e possíveis visitas de campo, estabelecendo critérios de desempenho e indicadores para comparar e avaliar a evolução e o desempenho do programa ao longo do tempo.
 - O avaliador conduzirá entrevistas com a equipe Ethos envolvida no **JOGOS LIMPOS** e parceiros na cidade de São Paulo.
 - O selecionado atuará em atividades de campo em Brasília, a fim de realizar entrevistas com atores a serem identificados, parceiros de desenvolvimento, parceiros de implementação, especialistas dos escritórios nacionais e de gestão.
 - O examinador fará entrevistas virtuais ou por telefone com atores a serem identificados, parceiros de desenvolvimento, parceiros de implementação, especialistas dos escritórios nacionais e de gestão.

Fase IV: junho-agosto de 2016

- Apresentação do primeiro esboço do relatório de avaliação ao Instituto Ethos e à Siemens Ltda. para comentários.
- Entrega do relatório final, que passa a incorporar as alterações solicitadas pelo Instituto Ethos e pela Siemens Ltda.
- O relatório final deverá ser submetido ao Instituto Ethos, à Siemens Ltda. e à Siemens AG.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PAGAMENTO

As propostas serão avaliadas considerando os seguintes critérios:

- Adequação ao “Termo de Referência”;
- Custo do projeto;
- Cronograma e plano de trabalho detalhados;
- Avaliação do portfólio.

O valor do trabalho deve incluir toda e qualquer despesa que o avaliador possa ter para desenvolver sua análise, como as despesas com viagens e todos os outros gastos relacionados. O avaliador tem total responsabilidade na organização de suas atividades de campo. As parcelas do pagamento serão divididas da seguinte forma:

1ª PARCELA: 20%

Paga mediante a apresentação de uma versão preliminar dos dados levantados e um esboço do relatório.

2ª PARCELA: 30%

Paga mediante a apresentação de uma versão completa do relatório para avaliação.

3ª PARCELA: 50%

Paga mediante a apresentação de um relatório final de avaliação.

10. PRAZO

Tempo de execução: 107 dias

Prazo: de 15 de abril de 2016 a 31 de julho de 2016

ANEXO 1 – LISTA PRELIMINAR DE ENTREVISTADOS

As entrevistas serão realizadas principalmente com organizações da sociedade civil, governo e setor privado ou pessoas que foram ligadas a esses grupos, que estiveram envolvidos durante o projeto e podem descrever a partir de seu ponto de vista os processos e impactos do projeto **JOGOS LIMPOS**. A lista de entrevistados poderá ser detalhada e definida em conjunto com o proponente. Espera-se que o número de entrevistados fique na faixa de 30 a 40 representantes. Segue abaixo uma lista preliminar indicativa:

- Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo Brasil)
- Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes (Abraidi)
- Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (Apac)
- Atletas pelo Brasil
- Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunal de Contas do Brasil (Confelegis)
- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA): até três escritórios regionais (os mais relevantes)
- Conselho Regional de Estatística do Rio de Janeiro (CRE/RJ)
- Controladoria-Geral da União (CGU)
- Entidades empresariais ou empresas dos acordos setoriais: até oito (os mais relevantes)
- Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep)
- Fundação Avina
- Governos estaduais: até 3 representantes públicos (os mais relevantes)
- Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)
- Patri Política Públicas
- Prefeituras: até 3 representantes públicos (os mais relevantes)
- Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis
- Transparência Internacional
- UN Global Compact